

## AJUSTE NO CAIXA

# Votação apertada reduz valor das RPVs no Estado

Voto de desempate do presidente da Assembleia, Edson Brum, deu vitória ao governo Sartori

Depois de cinco tentativas fracassadas, o governador José Ivo Sartori (PMDB) conseguiu aprovar ontem o projeto de lei que reduz o valor máximo pago nas Requisições de Pequeno Valor (RPVs), que caem de 40 (R\$ 31.520,00) para dez (R\$ 7.880,00) salários mínimos. A decisão de ontem, na Assembleia, foi obtida somente com o voto de desempate do presidente do Legislativo, deputado Edson Brum (PMDB), após o placar do plenário marcar 24 votos a favor e outros 24 contrários.

Não foi uma vitória fácil do governo, já que os dois lados, situação e oposição, tinham expectativa de vitória. A ausência do vice-presidente da Assembleia, deputado Ronaldo Santini (PTB), foi sentida pelos partidos de oposição. O voto contrário do parlamentar teria imposto derrota ao governo, já que os outros quatro parlamentares da bancada petebista votaram contra a



MARCELO BERTANI / AL / CP

Com plenário dividido, governo e oposição negociaram até a última hora

proposta. Do outro lado, a confirmação dos votos favoráveis dos deputados Ibsen Pinheiro e Gilberto Capoani e mais Catarina Paladine, do PSB, garantiram o empate e a posterior vitória do Palácio Piratini. A aprovação do projeto foi bastante comemorada pelo líder do governo, deputado Alexandre Postal (PMDB). “É uma adequação muito importante, diante da situação financeira do Estado”, argumentou Postal.

Mas entre as categorias e os partidos que votaram contra a redução das RPVs foi grande a decepção. A seção da OAB gaúcha anunciou que ingressará no

Supremo Tribunal Federal com Ação Direta de Inconstitucionalidade. Para o entidade, o texto aprovado é ilegal. “Vamos ver se algo melhora, agora, no Estado. Algo positivo tem que vir, pois o governo aprovou tudo que dizia precisar”, cobrou o presidente da Ajuris, Eugênio Terra.

O defensor público-geral do Estado, Nilton Leonel Maria, também lamentou o rebaixamento. “Infelizmente foi aprovado. Já não se pagam precatórios há anos, agora se prejudica quem mais precisa. Por outro lado, o Estado é o que mais gasta com RPVs”, ponderou.

## LAVA JATO

## Economista esvazia álibi de Cunha

Filho do ex-deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), o economista Felipe Diniz contrariou versão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para justificar dinheiro em sua conta. Em depoimento à Procuradoria-Geral da República (PGR), Felipe Diniz negou ter ordenado depósito de 1,3 milhão de francos suíços, em 2011, em um fundo na Suíça que tem Cunha como “usufrutuário”, na definição do próprio deputado.

Cunha alegou que o valor foi depositado “à sua revelia” em

2011 pelo lobista João Henriques, ligado ao PMDB e um dos presos na Operação Lava Jato. O presidente da Câmara disse suspeitar que o depósito referia-se ao pagamento de empréstimo que teria feito a Fernando Diniz, morto em 2009. A PGR, o filho de Diniz confirmou, em 20 de outubro, que seu pai mantinha relação próxima a Cunha, mas disse desconhecer qualquer empréstimo.

O advogado do economista, Cleber Lopes, confirmou o teor do depoimento de seu cliente. “Felipe nunca teve atividade polí-

tico-partidária. Ele não tinha ingerência nas atividades do pai, mas essa versão não convence ninguém”, disse.

A Polícia Federal, Henriques informou ter enviado o dinheiro a pedido de Felipe Diniz e não saber quem era o beneficiário. Em 2007, no primeiro governo Lula, Cunha e Fernando Diniz eram muito amigos e integravam o “núcleo duro” do PMDB na Câmara. Nessa época, Diniz teria perdido dinheiro em negócios fora do país e, na versão do lobista João Henriques, pediu ajuda.

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS

## TSE aprova calendário para 2016

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem o calendário das eleições municipais de 2016, quando serão eleitos os prefeitos e vereadores de todo o país. As principais mudanças são motivadas por adaptação às regras recém-aprovadas pelo Congresso, que alteraram, por exemplo, o prazo para início da campanha e a data-limite para futuros candidatos se filiarem a partidos.

Nas eleições de 2014, os candidatos que pretendiam concorrer tinham que estar filiados a algum partido político com pelo menos um ano de antecedência. Em 2016, os futuros candidatos poderão ingressar na legenda seis meses antes do dia da votação, até o fim de março.

As convenções partidárias para escolha dos candidatos, deverão ocorrer entre 20 de julho e 5

de agosto. Antes, ocorriam entre 10 e 30 de junho. Em 2016, a campanha começará oficialmente em 16 de agosto. A propaganda no rádio e na TV começará a ser transmitida em 26 de agosto. O primeiro turno de votação está marcado para 2 de outubro, primeiro domingo do mês. O segundo turno, somente em cidades com mais de 200 mil eleitores, será em 30 de outubro.



Curta a página  
do Correio no  
Facebook



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

### Empate e reação na Justiça

A aprovação do projeto de redução do enquadramento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), de 40 para dez salários mínimos, foi ainda mais apertada do que o esperado pelo governo. Após cinco semanas consecutivas de tentativas frustradas, os cálculos do Executivo apontavam para 26 votos favoráveis. O placar acabou em 24 a 24 e a vitória só foi possível com o voto de minerva do presidente da Assembleia, Edson Brum. Com a aprovação, a estimativa da Secretaria da Fazenda é reduzir os pagamentos de cerca de R\$ 1 bilhão este ano para R\$ 250 milhões em 2016. Isto porque, diferentemente dos precatórios, há possibilidade de sequestros no Tesouro para quitar os débitos com credores de RPVs. A legislação em vigência estabelece pagamento de 1,5% da receita corrente líquida para RPVs e o mesmo percentual para precatórios. A aprovação da proposta pela Assembleia, no entanto, não é garantia de redução do impacto das decisões judiciais nos cofres do Estado. A OAB já havia antecipado que, caso não obtivesse êxito na pressão pela rejeição do projeto, ingressaria com Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo, solicitando ainda que a vigência da legislação seja suspensa até a análise do mérito. Não será o primeiro movimento neste sentido. Em 2011, a OAB apresentou Adin contra a lei gaúcha que aumentou o prazo para o pagamento das RPVs de 60 para 180 dias. A mesma regra limitou o montante anual de valores saldados em 1,5% da receita líquida. A Procuradoria-Geral da República já deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria, que ainda tramita no Supremo. No caso do Paraná, a OAB questiona na Corte decreto estadual, de agosto, que reduziu de 40 para 18 salários mínimos o limite das RPVs.

### Pulo do gato

Aliados foram comunicados oficialmente de que haverá convocação extraordinária da Assembleia entre Natal e Ano-Novo. Neste caso, é o governo que define a pauta, e qualquer projeto, em tramitação ou não, está apto a votação em 48 horas. A tendência é de que propostas polêmicas integrem a pauta relâmpago, justamente para evitar desgastes gerados por debates que se estendem por dias.

### No fim do mês

O governo irá enviar à Assembleia, no fim do mês, o projeto para viabilizar a transação junto ao Banrisul para pagamento do 13º salário do funcionalismo. A proposta será nos moldes da apresentada na gestão Germano Rigotto. Os empréstimos terão de ser realizados pelos servidores, e o Executivo contará como espécie de avalista.

### Agora ou depois

Nos bastidores da Assembleia, a avaliação é de que, mesmo que o deputado Diógenes Basegio escape da cassação dia 24, data em que o processo será analisado pelo plenário, em votação aberta, são remotas as chances de o trabalhista se livrar das novas acusações que começaram a tramitar segunda-feira no Legislativo.

### Aprovação de indicações não se confirma

Francisco Romário Wojcicki tomou posse na presidência da CG-TEE. A expectativa de que fossem aprovadas indicações a diretorias pelo conselho não se concretizou. O PMDB já bateu o martelo: Luiz Fernando Záchia foi escolhido para a diretoria administrativa. No caso do PT gaúcho, há impasse. O partido não conseguiu emplacar Carlos Pestana na presidência, e, por ora, não avançou no nome de Júlio Quadros para a diretoria financeira. Com a articulação sobre os cargos do governo federal nos estados nas mãos do PMDB, o PT gaúcho passou a depender da interlocução do ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini.

### APARTES

■ Considerando as projeções do governo, os dois votos a favor do projeto das RPVs que não se confirmaram foram os dos deputados Missionário Volnei, um dos chamados para conversa no Piratini segunda-feira; e o de Regina Becker. Volnei acabou não votando e Regina foi contra a proposta. O motivo de Regina, segundo interlocutores do Executivo, seria descontentamento com a decisão do Piratini de não recorrer de liminar obtida pelo Cpers, acatando reivindicações do sindicato, contrário a projeto de Regina, aprovado pela Assembleia, que modificou processos de eleição de diretores de escolas.